

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Defesa do Consumidor

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer favorável do relator, deputado Chicão Bulhões, às emendas de plenário (autor das emendas deputado Luiz Paulo) ao **Projeto de Lei nº 3139/2014**, de autoria dos deputados Carlos Minc e Wagner Montes (falecido), que, “Altera a lei nº 6613/2013 dispõe sobre a criação do livro de reclamações em todos os estabelecimentos de fornecimento de bens ou prestação de serviços no estado do Rio de Janeiro”.

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer do relator, deputado Waldeck Carneiro, às emendas de plenário ao **Projeto de Lei nº 2365/2017**, de autoria dos deputados Gilberto Palmares (ex-deputado) e Chiquinho da Mangueira (licenciado) que, “Altera a lei 3.669, de 10 de outubro de 2001, para regulamentar o agendamento da entrega de bens e realização de serviços aos consumidores do estado do rio de janeiro, na forma que menciona”, **favorável às emendas 03, 05, 06, 07, 08 e 09; favorável, com subemenda, à emenda 04; e contrário às emendas 01 e 02.**

Trabalhista

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, o parecer favorável, do relator, deputado Waldeck Carneiro, à emenda de plenário (autora da emenda deputada Zeidan) ao **Projeto de Lei nº 1413/2016**, de autoria do deputado Thiago Pampolha, que “Dispõe sobre a reserva de vagas para o primeiro emprego nas empresas prestadoras de serviços ao estado do Rio de Janeiro, assim como nas concessionárias e permissionárias de serviços públicos e dá outras providências”.

Defesa do Consumidor

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o **Parecer Favorável** do Relator, deputado Renan Ferreirinha, ao **Projeto de Lei nº 1752/2016**, de autoria do deputado Renato Cozzolino, que, “Dispõe sobre a proibição na definição do prazo de marcação de consultas, exames e outros procedimentos e medidas de diferenciação entre os pacientes cobertos por planos ou seguros privados de assistência à saúde e os pacientes custeados por recursos próprios”.

Indústria Farmacêutica

APROVADO na Comissão de Economia Indústria e Comércio o parecer favorável do relator, deputado Welberth Rezende, ao Projeto de Lei nº 2107/2016, de autoria da deputada Zeidan, que, “Dispõe a afixação de cartazes que tratam sobre os cuidados no uso de descongestionantes nasais e dá outras providências”.

Esporte e Lazer:

APROVADO na Comissão de Economia Indústria e Comércio o parecer favorável do relator, deputado Welberth Rezende, ao Projeto de Lei nº 3318/2017, de autoria da deputada Martha Rocha, que, “Dispõe sobre a obrigatoriedade de as academias de ginástica manter, em local de fácil acesso, kits de primeiros socorros”.

Agricultura Familiar

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer contrário do relator, deputado Thiago Pampolha, ao Projeto de Lei nº 3916/2018, de autoria do deputado Thiago Pampolha, que “Dispõe sobre disponibilização de produtos alimentícios de agricultura familiar em supermercados, estabelecimentos de atacado e varejo e similares”.

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer do relator, deputado Chicão Bulhões, ao Projeto de Lei nº 2760/2017, de autoria do deputado Átila Nunes, que “Altera a lei nº 3.874, de 24 de junho de 2002, com nova redação dada pela lei 6.311, de 31 de agosto de 2012, para constar as informações que menciona em cada botijão de gás”, favorável, com emenda.

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer favorável do relator, deputado Renan Ferreirinha, ao Projeto de Lei nº 3294/2017, de autoria Carlos Minc, que “Modifica-se a Lei 3162, de 30 de dezembro de 1998 que dispõe sobre a instalação de sistema de monitoração e gravação eletrônica de imagens, através de circuito fechado de televisão, em estabelecimentos financeiros, e dá outras providências”.

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer contrário do relator, deputado Renan Ferreirinha, às emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 3860/2018, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação ou adaptação de fraldários acessíveis a frequentadores masculinos e femininos em estabelecimentos de grande circulação, e dá outras providências”.

Interesse Geral

APROVADO na Comissão de Economia Indústria e Comércio o parecer favorável do relator, deputado Welberth Rezende, ao Projeto de Lei nº 2283/2016, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que, “Obriga os estabelecimentos públicos e privados do estado do Rio de Janeiro a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo e dá outras providências”.

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer do relator, deputado Renan Ferreirinha, às emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 2708/2017, de autoria do deputado Figueiredo, que, “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos prédios pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado de estarem conectados à rede de coleta e tratamento de esgoto”, favorável às emendas 01, 03, 04 e 05 e, favorável com subemendas às emendas 02 e 06.

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer favorável do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao Projeto de Lei nº 1524/2016, de autoria do deputado Marcos Muller, que “Dispõe sobre o transporte de insulina no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”.

Interesse Geral/ Segurança Pública:

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e comércio o parecer favorável do relator, deputado Renan Ferreirinha, ao Projeto de Lei nº 1681/2016, de autoria do deputado Waldeck Carneiro, que, “Dispõe sobre o armazenamento de imagens em dispositivos de monitoramento e gravação eletrônica por meio de circuito fechado em estabelecimentos abertos ao público em geral”.

⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

OFÍCIO GG/PL Nº 139 DE 15 DE JULHO DE 2019

Referente ao veto total aposto ao PL 480/2019, de autoria da deputada Lucinha, que “Dispõe sobre a criação do espaço infantil nas instituições de ensino superior da rede pública e privada, e dá outras providências”. Obs: o veto total será analisado pelo Plenário da ALERJ.

OFÍCIO GG/PL Nº 141 DE 15 DE JULHO DE 2019

Referente ao veto total aposto ao PL 2092-A/2013, de autoria do deputado Marcelo Freixo, que “Dispõe sobre as medidas a serem tomadas quando da troca de placas de veículos automotores”. Obs: o veto total será analisado pelo Plenário da ALERJ.

OFÍCIO GG/PL Nº 143 DE 17 DE JULHO DE 2019

Referente ao veto total aposto ao PL 175/2015, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Estabelece a obrigatoriedade de inclusão do número de IMEI em R.O. de furto ou roubo de aparelho celular”. Obs: o veto total será analisado pelo Plenário da ALERJ.

OFÍCIO GG/PL Nº 151 DE 25 DE JULHO DE 2019

Referente ao veto total aposto ao Projeto de Lei nº 370/2019, de autoria dos senhores deputados André Ceciliano e Alexandre Freitas, que “Dispõe sobre a transação e o parcelamento de débitos fiscais dos devedores em recuperação judicial, e dá outras providências”. Obs: o veto total será analisado pelo Plenário da ALERJ.

AGORA É LEI:

LEI Nº 8.467 DE 15 DE JULHO DE 2019

Oriunda do PL 517/19

Autores: Deputados Delegado Carlos Augusto e André Ceciliano

Veda locação ou qualquer forma de cessão de maquinários para execução e obra, sem a apresentação de declaração de regularidade da mesma pelo contratante, e dá outras providências.

LEI Nº 8.473 DE 15 DE JULHO DE 2019

Oriunda do PL 69-A/19

Autor: deputado Carlos Minc

Adequa a legislação que dispõe sobre a substituição de sacolas plásticas não recicláveis e não retornáveis distribuídas pelos estabelecimentos comerciais localizados no estado do Rio de Janeiro, consolidando a redação.

Sancionado com veto parcial. Dispositivo vetado artigo 7º, que será analisado pelo plenário da ALERJ.

LEI Nº 8478 DE 18 DE JULHO DE 2019

Oriunda do PL 453/19

Autores: deputados Márcio Gualberto e Bebeto

Proíbe a comercialização, o uso, o porte e a posse da substância constituída de vidro moído e cola (cerol), além da linha encerada com quartzo moído, algodão e óxido de alumínio (linha chilena), e de qualquer produto utilizado na prática de soltar pipas que possua elementos cortantes, e dá outras providências.

LEI Nº 8479 DE 26 DE JULHO DE 2019

Oriunda do PL 846/19

Autor: Poder Executivo

Altera o art. 18 da lei nº 5.628/2009 para modificar a forma de gestão da câmara de compensação tarifária e revoga o §3º do art. 5º da lei nº 4.291/2004, e dá outras providências.

LEI Nº 8480 DE 26 DE JULHO DE 2019

Oriunda do PL 598/19

Autora: deputada Lucinha

Dispõe sobre a obrigatoriedade do programa educacional permanente de "resistência às drogas e à violência nas escolas públicas e privadas", em todo estado do rio de janeiro.

LEI Nº 8481 DE 26 DE JULHO DE 2019

Oriunda do PL 855/19

Autores: deputados André Ceciliano e Alexandre Knoploch

Ratifica o disposto no Decreto estadual nº 46409, de 30 de agosto de 2018.

LEI Nº 8482 DE 26 DE JULHO DE 2019

Oriunda do PL 844/19

Autor: Poder Executivo

Altera dispositivo da lei nº 4.177/03, que dispõe sobre concessão de benefícios fiscais para o setor de agronegócio e da agricultura familiar fluminense. → Sancionado com vetos parciais. Dispositivos vetados: Inciso VI, Aline A do artigo 1º.

LEI Nº 8484 DE 26 DE JULHO DE 2019

Oriunda do PL 845/19

Autor: Poder Executivo

Institui regime diferenciado de tributação para o setor de joalheria, ourivesaria e bijuteria. → Sancionado com veto parcial. Dispositivo vetado – artigo 2º

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 46.704 DE 25 DE JULHO DE 2019

Convoca a 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro - 5º CESAN/RJ, e dá outras providências.

DECRETO Nº 46.706 DE 29 DE JULHO DE 2019

Reinstitui os benefícios fiscais publicados pela Portaria SSER nº 168/2018, com sua inclusão no Anexo Único do Decreto nº 45.409/2018, nos termos do Convênio do ICMS 190/17.

DECRETO Nº 46.708 DE 30 DE JULHO DE 2019

Altera o Decreto nº 46.543/2018, para complementar a relação de atos e dispositivos normativos revogados, relativos a benefícios fiscais cujo prazo de fruição encerrou-se em 31/12/2018, e dá outras providências.

DECRETO Nº 46.7089DE 30 DE JULHO DE 2019

Revoga o Decreto nº 46.356, de 11 de julho de 2018, regulamenta o Fundo Estadual de Cultura, e dá outras providências.

DECRETO Nº 46.710 DE 30 DE JULHO DE 2019

Cria no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Civil, o Grupo Integrado de Operações de Segurança Pública - GIOSP, na forma e com os fins que menciona, e dá outras providências.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 53 DE 12 DE JULHO DE 2019

Altera a Resolução SER nº 319/06, que dispõe sobre os procedimentos relativos ao reconhecimento da isenção do ICMS, a que se refere o Convênio ICMS 48/03.

Subsecretaria de Estado de Receita

PORTARIA SSER Nº 195 de 08 de Julho De 2019

Dispõe sobre a base de cálculo da substituição tributária do ICMS nas operações com bebidas alcoólicas, exceto cerveja e chope.

PORTARIA SSER Nº 196 DE 16 DE JULHO DE 2019

Altera a Portaria SSER nº 1723, que publica relação dos Atos Normativos relativos a benefícios fiscais não vigentes em 08/08/2017, nos moldes do Anexo Único do Convênio ICMS 190/17.

PORTARIA SSER Nº 197 DE 18 DE JULHO DE 2019

Acrescenta mercadorias ao Anexo Único da Portaria SSER nº 171/2018, que dispõe sobre a base de cálculo da substituição tributária do ICMS nas operações com cerveja, chope, refrigerantes, água mineral e bebida isotônica e energética.

Superintendência de Arrecadação

PORTARIA SUAR Nº 27 DE 23 DE JULHO DE 2019

Divulga os índices multiplicadores para apuração da base de cálculo do ITD, previsto no artigo 20 da Resolução SEFAZ 182/17.

Superintendência de Cadastro e Informações Fiscais

PORTARIA SUCIEF N° 62 DE 12 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre o preenchimento da escrituração fiscal digital, no caso em que menciona.

PORTARIA SUCIEF N° 63 DE 12 DE JULHO DE 2019

Altera a Portaria SUCIEF n° 40/2018, que divulga procedimento para alteração de contabilista no SINCAD e estabelece procedimentos contingenciais para os casos que especifica.

Subsecretaria de Estado de Receita Superintendência de Fiscalização

PORTARIA SUT 243 DE 18 DE JULHO DE 2019

Fornece dado para o cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, no período de 22 a 28 de julho de 2019.

PORTARIA SUT 244 DE 26 DE JULHO DE 2019

Fornece dado para o cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, no período de 22 a 29 de julho a 4 de agosto de 2019.

PORTARIA SUFIS N° 741 DE 24 DE JULHO DE 2019

Divulga a abertura do portal de verificação dos benefícios fiscais e o manual de utilização do portal de verificação de benefícios fiscais.

PORTARIA SUFIS N° 744 DE 26 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre a habilitação para operar no regime aduaneiro especial instituído pelo decreto n° 37888/05, de 29 de junho de 2005.

Subsecretaria de Estado de Receita Superintendência de Automatização da Fiscalização e do atendimento

PORTARIA SUAF/SUFIS N° 740 DE 24 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre os procedimentos contingenciais para a apresentação de declaração, nos termos do Subanexo II do Anexo XIX da Parte II da Resolução 720/2014, aplicáveis aos prestadores de serviços de transporte intermunicipal sujeitos aos regimes do artigo 1º, do Anexo XIX, da Parte II, da Resolução n° 720/2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREGO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PORTARIA JUCERJA Nº 1693 DE 16 DE JULHO DE 2019
Institui o Programa de Governança e *Compliance* da JUCERJA.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Instituto Estadual do Ambiente

RESOLUÇÃO INEA 183 de 12 de julho de 2019

Dispõe sobre a inexigibilidade de licenciamento ambiental de ponto de entrega voluntária (PEV) de logística reversa no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAS/INEA/SEDEERI Nº 11 DE 17 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) para estudo do potencial de reuso de águas residuais e produção de biogás no estado do Rio de Janeiro.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

RESOLUÇÃO SEELJE Nº 175 DE 19 DE JULHO DE 2019

Institui comissão de fiscalização de execução de projetos esportivos incentivados.

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. *Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.*